

POR QUE CONCEITOS EMPÍRICOS SÃO INDEFINÍVEIS?



Marcio Roberto TEIXEIRA¹



Resumo

Kant sustenta que apenas conceitos matemáticos são definíveis (A727-30/B775-8). Neste artigo, apresentamos algumas considerações de Kant sobre conceitos matemáticos e empíricos e investigamos as razões para se afirmar que conceitos empíricos são indefiníveis.

Palavras-chave: Kant. Definição. Conceito. Matemática.

1 Considerações gerais

Em A727-30/B755-8, quando pretende mostrar que “apenas a matemática é que possui definições” (KANT, 1997, A729/B757),² Kant usa o termo *definition* em sentidos distintos. Ao tratar de conceitos outros que os matemáticos, escreve: “Posso sempre, em semelhante caso, definir [*definiren*] o meu conceito [...]” (A729/B757). Ora, se apenas os conceitos matemáticos são definíveis, conceitos não matemáticos são indefiníveis. Portanto, ou atribuímos uma contradição a Kant ou distinguimos o uso dos termos nestas distintas ocorrências. Exploraremos esta possibilidade, a mais fértil.

Há um uso lato e um uso estrito de *definition*. Em A727/B755, Kant apresenta a noção de definição: “Como a própria expressão indica, *definir* não deve significar **propriamente**, mais do que apresentar originariamente o conceito pormenorizado de uma coisa dentro dos seus limites” [Grifo do autor].

O uso do advérbio “propriamente” indica que Kant está apresentando a noção de definição *stricto sensu* que é explicitada a seguir:

O *pormenor* significa a clareza e a suficiência dos caracteres, os *limites*, a precisão, de tal maneira que não haja mais caracteres do que os que pertencem ao conceito pormenorizado; *originariamente*, porém, quer dizer que esta determinação de limites não foi derivada de qualquer outra coisa e, portanto, não tem necessidade ainda de uma demonstração, o que tornaria a pretensa definição incapaz de se colocar à cabeça de todos os juízos sobre o seu objecto (A727/B755).

Contudo, como vimos, há um uso do termo definição menos restrito, um uso que vale para conceitos outros que os matemáticos. Conforme este uso, definição, *lato sensu*, é a apresentação dos caracteres relativos ao conceito de um objeto, os caracteres que formam este conceito. Não há restrições quanto ao pormenor, limites ou o caráter originário da apresentação. E quando Kant sustenta que “apenas a matemática é que possui definições”, está empregando o termo definição, *stricto sensu*.

Assim, o que faz de uma definição *lato sensu*, uma definição *stricto sensu*, é a satisfação das seguintes condições:

- os caracteres apresentados são claros (condição da clareza);
- os caracteres apresentados são suficientes (condição da suficiência);
- os caracteres apresentados são precisos (condição da precisão);
- a determinação da precisão dos caracteres é originária (condição da originariedade).

No argumento em questão Kant sustenta que, dos quatro tipos de conceitos considerados – os conceitos dados *a posteriori* ou empíricos, os conceitos dados *a priori*, os construídos *a posteriori* e os construídos *a priori*³ – apenas os conceitos construídos *a priori*, os conceitos matemáticos, são definíveis. Acrescentamos: apenas os matemáticos são definíveis, *stricto sensu*. Cada um dos tipos restantes, por razões distintas, são apresentados como indefiníveis *stricto sensu*. Deste modo, a consideração do argumento como um todo pode nos ensinar acerca da noção de definição que Kant empregava.

2 Conceitos empíricos (dados *a posteriori*) podem ser explicitados, não definidos

Um conceito dado *a posteriori*, um conceito empírico, é indefinível, *stricto sensu*, porque “nunca se mantém entre limites seguros” (A728/B756). O que isto significa? O que é, para um conceito, não se manter entre limites seguros? Por que tal condição se aplica aos conceitos empíricos?

Prima facie, o argumento kantiano parece partir da seguinte premissa: é possível o uso de uma mesma palavra, designando o mesmo objeto, mas significando um conjunto de caracteres distintos.⁴ Segundo Kant, “nunca é seguro se, pela palavra que designa o mesmo objeto, não se pensam uma vez mais caracteres desse objecto, outra vez menos” (A727/B755). A premissa, portanto, parece ser a possibilidade do trinômio: mesma palavra – mesmo objeto – distintos conjuntos de caracteres.

O ponto de partida do argumento seria, então, a questão da possibilidade do uso equívoco das palavras, o uso da mesma palavra com sentidos diferentes, da mesma palavra significando diferentes objetos. Por exemplo, o garimpeiro usa a palavra “ouro” para significar um metal, dourado, que encontra na terra, que o mercúrio captura e o separa das substâncias em que está misturado. Muito provavelmente não sabe que é um metal de número atômico 79 e massa atômica 196,97, características que o químico significa por meio da mesma palavra.

Embora Kant apresente a questão das palavras pelas quais designamos objetos, pensamos caracteres ou significamos conceitos, a possibilidade do uso equívoco das palavras tem, no argumento, apenas uma função analógica: que usemos uma **mesma** palavra para designar o **mesmo** objeto apenas expressa linguisticamente a condição, esta sim de conseqüências relevantes no argumento, de que estamos significando o **mesmo** conceito, embora estejam contidos nele, nas diferentes circunstâncias, umas vezes mais caracteres, outras vezes menos. Em ambos os casos o conceito contém conjuntos distintos de caracteres. A questão da possibilidade do uso equívoco das palavras, se é um problema, é um problema lingüístico, gramatical. A questão da possibilidade do uso equívoco dos conceitos empíricos – o uso de um mesmo conceito com diferentes sentidos, isto é, contendo conjuntos de caracteres que se intersectam mas não se identificam – este é o problema que está interessando a Kant nesta passagem. Nos parece que há, aqui, semelhanças com um tema que será tratado contemporaneamente por Wittgenstein em suas considerações sobre semelhança de família.

Pode-se interpretar a possibilidade dos conceitos equívocos com base na distinção entre conceito e uso do conceito. Segundo este ponto de vista, não há mudança conceitual, apenas o uso do conceito muda. O conceito permaneceria sempre o mesmo, imutável, enquanto que o uso deste, por diferentes sujeitos, em diferentes tempo ou circunstâncias, variaria. Assim se explicaria a possibilidade do uso equívoco dos conceitos.

Um dos problemas com esta linha de raciocínio – suficiente para abandoná-la – é sua incompatibilidade com a distinção entre conceitos dados *a posteriori* e conceitos dados *a priori*, distinção afirmada por Kant no argumento sobre o qual estamos nos ocupando. Com efeito, a invariabilidade do conteúdo do conceito é, como veremos em seguida, um dos traços que distingue conceitos dados *a priori* dos conceitos dados *a posteriori*. Se o conteúdo de um conceito não pode variar na experiência não pode ser dito dado *a posteriori*, é um conceito dado ou factício *a priori*.⁵

Outra possibilidade consiste em sustentar a impossibilidade do uso equívoco de conceitos. Com efeito, pode-se sustentar que tal possibilidade pressupõe uma tese que, por hipótese, seria falsa: a identidade do conjunto de caracteres **não** é condição necessária à identidade dos conceitos ou, dito de outro modo, distintos conjuntos de caracteres **não** implicam distintos conceitos. Pode-se argumentar que os caracteres que constituem o conceito, que estão contidos nele, determinam a identidade do conceito. Assim, se um caracter é adicionado ou retirado do conceito, muda o conceito.

Esta objeção acerta quanto à identificação da implicação contida na possibilidade do uso equívoco dos conceitos empíricos. Com efeito, posto que podemos usar equivocadamente conceitos, e não apenas palavras, segue-se que a identidade dos conceitos empíricos **não** pressupõe a identidade do conjunto dos caracteres contidos no conceito.⁶ Se o mesmo conceito pode ser usado com sentidos diferentes – a possibilidade do uso equívoco dos conceitos – o mesmo conceito pode conter distintos conjuntos de caracteres.

A objeção erra, contudo, ao supor falsa esta implicação. Para mostrarmos o erro precisamos i) considerar em que sentido são possíveis mudanças conceituais e ii) explicitar sob que condições repousa a utilidade dos conceitos empíricos.

O que significa mudar o conceito? O que significa, para um conceito empírico, mudar sua identidade? Significa que há **mudança no** conceito? Ou que há **troca de** conceito? É possível **mudança no** conceito sem **troca de** conceito? Toda mudança conceitual implica necessariamente troca de conceito?

Se toda mudança conceitual implica necessariamente troca de conceito então i) é impossível ampliar o nosso conhecimento dos objetos mediante conceitos e ii) é impossível revisar os

conceitos a partir da experiência. Com efeito, em ambos os casos, quer a possibilidade de ampliar o nosso conhecimento dos objetos mediante conceitos, quer a possibilidade de revisá-los, trata-se de adicionar ao conceito ou lhe suprimir algo sem que isto implique mudar aquilo a que estamos nos referindo. Do contrário, se precisamos sustentar que estamos pensando em outra coisa quando pensamos algo mais ou algo menos, como é possível sustentar que estamos avançando no sentido de apreender mais sobre a coisa pensada? Não há, neste cenário, a coisa pensada. Há coisas pensadas. Para retomar o exemplo do garimpeiro, se este vem a descobrir o número atômico do ouro, segundo esta perspectiva, após a descoberta ele não só tem um outro conceito, como tem um conceito de outra coisa. Em que sentido é possível dizer que na passagem de um tempo, t_1 , para outro, t_2 , ele aprendeu algo acerca do ouro se em t_2 já não pensa mais em ouro?

Se, por outro lado, nem toda mudança conceitual implica necessariamente troca de conceito e, portanto, mudar o conceito pode significar que há mudança no conceito sem troca de conceito, neste caso a possibilidade de ampliação e revisão dos conhecimentos permanece assegurada. Neste cenário, quando há mudança conceitual apenas muda o modo como concebemos a mesma coisa e, assim, faz sentido dizermos que aprendemos algo sobre a coisa. Segundo esta perspectiva – que estou sustentando – após a descoberta o garimpeiro apenas ampliou o seu conceito, tem o mesmo conceito modificado, o conceito da mesma coisa. Não fosse assim, como seria possível para o garimpeiro aprender algo acerca do ouro? A possibilidade do progresso no conhecimento depende de que em tempos diferentes algo permaneça idêntico. E ainda que talvez não se possa afirmar esta permanência das coisas elas mesmas, deve-se, como condição que torna inteligível nosso progresso no conhecimento mediante conceitos, afirmá-la das coisas enquanto podemos nos referir a elas, enquanto podemos significá-las mediante nossos conceitos.

O que muda, então, quando há mudança no conceito? Muda o modo como concebemos, mas não a coisa que concebemos: os pedaços de ouro não se modificam quando são pensados pelo químico e pelo garimpeiro ou quando aprendemos algo sobre ouro.

Todavia, para fazer justiça às razões de quem eventualmente sustentasse que toda mudança conceitual implica necessariamente troca de conceito, é necessário fazer um distinção. Embora se possa facilmente afirmar, porque trivial, a tese de que os pedaços de ouro não se modificam quando são pensados pelo químico e pelo garimpeiro, o mesmo não se pode dizer da tese segundo a qual, embora os pedaços de ouro não se modifiquem quando são pensados pelo químico e pelo

garimpeiro, algo se modifica nestes objetos enquanto são pensados diferentemente por um e por outro sujeito. E isto que se modifica nos objetos mas que não se confunde com eles pode-se chamar de objeto intencional, algo nos objetos, distinto deles, algo a que nossos conceitos se referem.

Assim, se poderia objetar que, ainda que se recuse que toda mudança conceitual implica necessariamente troca de conceito, não se poderia recusar que implica necessariamente mudança de objeto intencional. Entretanto, o problema seria recolocado em termos análogos ao exposto acima: mesmo sob a hipótese deste elemento intermediário entre conceitos e coisas, mudança conceitual implica mudar aquilo a que estamos nos referindo e, por conseguinte, pelas mesmas razões aventadas acima, é incompatível com a possibilidade de progresso no conhecimento mediante conceitos.

Do exposto até aqui segue-se que sob a condição da possibilidade do progresso no conhecimento mediante conceitos i) nem toda mudança conceitual implica necessariamente troca de conceito e ii) nem toda mudança conceitual implica necessariamente mudança de objeto intencional. Alguma mudança conceitual deve ser possível sem implicar troca de conceito ou mudança de objeto intencional. E não é por acaso que estas duas implicações subordinam-se logicamente a uma condição comum. Com efeito, a identidade do conceito e identidade do objeto intencional são condições logicamente equivalentes: o que garante que nossos conceitos permanecem e com isto têm um fio condutor na história é, no limite, o fato de que permanece no curso da experiência aquilo que queremos significar mediante estes conceitos. É porque ambos, o garimpeiro e o químico, por hipótese pretendem estar se referindo à mesma coisa que, devemos dizer, ambos estão usando o mesmo conceito. Em última instância, o que funda a identidade dos conceitos empíricos é a comunidade das pretensões de significação mediante o conceito.

Segue-se destas considerações que a premissa no argumento da indefinibilidade dos conceitos empíricos é, de fato, a implicação entre a possibilidade do uso dos conceitos empíricos e a possibilidade do trinômio: mesmo conceito – mesmo objeto – distintos conjuntos de caracteres. A possibilidade do uso de conceitos empíricos pressupõe que o **mesmo** conceito possa ser usado em diferentes circunstâncias, por diferentes sujeitos que os pensam e em diferentes momentos do tempo. Pressupõe, ainda, que os conceitos possam mudar isto é, que caracteres podem ser

acrescentados e retirados do conceito e, por conseguinte, que o conjunto dos caracteres mude, que haja mudança conceitual (mudança **no** conceito), mas não troca de conceito. Cito Kant:

Assim, pode alguém pensar no conceito de ouro, além do peso, da cor, da tenacidade, ainda a propriedade de não enferrujar, enquanto outro talvez nada disso saiba. Utilizam-se certos caracteres apenas na medida em que são suficientes para distinguir; novas observações, por sua vez, fazem desaparecer alguns e acrescentam outros (A728/B756).

Neste caso, o argumento seria o seguinte: conceitos empíricos são indefiníveis, *stricto sensu*, porque o mesmo conceito, em diferentes circunstâncias, pode conter distintos conjuntos de caracteres e, portanto, não é necessário que contenha um conjunto antes que outro, esta é uma questão que repousa sob condições empíricas, contingentes.

Como a determinação de qual conjunto de caracteres está contido no conceito é uma questão contingente, a satisfação das condições de suficiência e precisão dos caracteres, porque depende desta determinação é, também, contingente,

Entretanto, se a satisfação das condições de precisão dos caracteres é contingente, então a própria determinação dos limites, a determinação de quais caracteres são necessários para “apresentar o conceito de uma coisa dentro dos seus limites” é contingente, uma questão que depende de *como* as coisas se dão na experiência.⁷ Se a determinação dos limites é contingente, então não pode ser originária isto é, deriva de alguma outra coisa (a saber, da satisfação de certas condições empíricas). Assim, como a condição de originariedade não é satisfeita, é impossível uma definição, *stricto sensu*.

Deste modo, podemos retomar as perguntas feitas acima. Para um conceito, não se manter entre limites seguros significa que seus limites e, portanto a determinação correta destes, dependem de condições contingentes. E isto se dá com os conceitos empíricos porque a possibilidade do seu uso implica a contingência da satisfação das condições de suficiência e precisão dos caracteres, condições necessárias à possibilidade de uma definição *stricto sensu*.

Por conseguinte, a possibilidade de uso de conceitos empíricos implica a contingência da satisfação das condições de i) suficiência e ii) precisão dos caracteres. Esta condição ii, por sua vez, implica iii) a impossibilidade da satisfação da condição de originariedade. E é em virtude desta condição que a definição, *lato sensu*, dos conceitos empíricos não é definição, *stricto sensu*.

Kant prefere chamar esta “pretensa definição” de explicitação ou mera determinação verbal. Um conceito é definível, *stricto sensu*, somente se satisfaz as condições i e ii e, portanto, a condição iii.

Conceitos empíricos são, neste sentido, indefiníveis, *stricto sensu*, posto que a definição, *lato sensu*, destes não satisfaz a condição de originariedade ou seja, não é possível determinar os limites, determinar quais são os caracteres necessários ao conceito, originariamente, sem derivar tal determinação de qualquer outra coisa. De fato, se o conceito é empírico, esta determinação repousa sob condições empíricas e, por isto, não pode ser originária.

Cabe notar, no entanto, que se esta interpretação é fiel ao espírito do texto kantiano. Kant não demonstra que conceitos empíricos são indefiníveis; mostra, sim, uma incompatibilidade entre a possibilidade de uso e a possibilidade de definição, em sentido próprio, de tais conceitos. Uma vez pressuposta a possibilidade de uso, segue-se a impossibilidade da definição. A indefinibilidade dos conceitos empíricos é condicionada pela possibilidade do uso. Todavia, que inteligibilidade se poderia dar à noção de um conceito empírico que não pode ser usado? Ou seja, sob a condição de possibilidade do uso – condição que não se pode recusar senão sob pena de tornar inteligível a noção de conceito empírico – segue-se que os conceitos empíricos são indefiníveis, no sentido exposto acima.

Assim, o argumento de Kant para o primeiro caso tem a seguinte forma:

- Se um conceito F é dado *a posteriori* então a definição, *lato sensu*, de F não satisfaz a condição de precisão nem a condição de suficiência.
- Se a definição, *lato sensu*, de F não satisfaz a condição de precisão então a definição, *lato sensu*, de F não satisfaz a condição de originariedade.⁸
- Se a definição, *lato sensu*, de F não satisfaz a condição de suficiência e⁹ não satisfaz a condição de originariedade então F é um conceito passível de explicitação, não de definição *stricto sensu*.
- Logo, se F é um conceito dado *a posteriori* então F é um conceito passível de explicitação, não de definição *stricto sensu*.

3 Conceitos dados *a priori* podem ser expostos, não definidos

Cito Kant: “Em segundo lugar, para falar com rigor,¹⁰ também não se pode definir nenhum conceito dado *a priori*, por exemplo substância, causa, direito, equidade, etc” (A728/B756).¹¹ Conceitos dados *a priori* são indefiníveis “Porque nunca posso estar seguro de que a representação clara de um conceito dado (ainda confuso) foi desenvolvida no pormenor, senão quando sei que é adequada ao objeto” (A728/B756). A certeza de que o conceito dado foi analisado completamente, a certeza sobre a satisfação da condição de suficiência, é uma condição necessária à certeza da adequação do conceito ao objeto. Contudo, se o conceito é dado, é impossível a certeza de que o conceito dado foi analisado completamente, é impossível a certeza sobre a satisfação da condição de suficiência porque “o conceito deste objecto, tal como é dado, pode conter muitas representações obscuras no pormenor, que omitimos na análise, embora as utilizemos sempre na aplicação deste conceito” (A728/B756). Portanto, se o conceito é dado *a priori*, é impossível a certeza sobre a adequação do conceito ao objeto. E isto porque é impossível a certeza sobre a satisfação da condição de suficiência.

Por isto, Kant sustenta que “em vez da palavra definição preferia usar a de *exposição*, que se mantém sempre prudente e com a qual o crítico, até certo ponto, pode fazer valer a definição, embora concebendo dúvidas quanto ao carácter minucioso da análise” (A729/B757). O que está em dúvida não é se o conjunto dos caracteres apresentados pertence ao conceito, mas se todos os caracteres pertencentes ao conceito são apresentados. Ou seja, a dúvida recai sobre a satisfação da condição de suficiência e não sobre a satisfação da condição de precisão. Esta é uma diferença importante entre os conceitos dados *a priori* e os dados *a posteriori* pois, se a condição de precisão é, necessariamente, satisfeita,¹² não ocorre, com a definição dos conceitos dados *a priori*, o mesmo que ocorre com a definição dos conceitos dados *a posteriori*: a definição destes, lembremos, não satisfaz a condição da originariedade porque não satisfaz a condição da precisão; a definição dos conceitos dados *a priori*, por outro lado, como satisfaz a condição de precisão, satisfaz também a condição de originariedade. Isto confere às exposições o nome dado às definições de que os conceitos dados *a priori* são passíveis, um traço que as distingue das meras explicitações de que são passíveis os conceitos dados *a posteriori*: os caracteres apresentados numa exposição necessariamente pertencem ao conceito em questão, ainda que nem todo caracter que pertence ao conceito seja necessariamente apresentado.

Esta diferença entre as condições de definibilidade dos conceitos dados *a posteriori* e os dados *a priori* é índice importante de uma diferença na natureza destes conceitos. Esclarecer as razões pelas quais a apresentação dos caracteres de conceitos dados *a priori* implica certeza sobre a pertinência destes caracteres ao conceito, ao contrário do que acontece com os conceitos dados *a posteriori*, pode nos ensinar algo a respeito do conteúdo destes conceitos.¹³

Assim, o argumento de Kant para o segundo caso tem a seguinte forma:

- Se um conceito F é dado *a priori* então a definição, *lato sensu*, de F satisfaz a condição de precisão, mas não satisfaz a condição da suficiência.
- Se a definição, *lato sensu*, de F satisfaz a condição de precisão, mas não satisfaz a condição de suficiência então F é um conceito passível de exposição, não de definição, *stricto sensu*.
- Logo, se F é um conceito dado *a priori* então F é um conceito passível de exposição, não de definição, *stricto sensu*.

4 Conceitos construídos *a posteriori* podem ser declarados como projetos, não definidos

Cito Kant:

Portanto, como não podemos definir os conceitos dados empiricamente, nem os dados *a priori*, restam apenas aqueles que são pensados arbitrariamente e nos quais posso tentar esta operação. Posso sempre, em semelhante caso, definir o meu conceito, pois bem devo saber o que quis pensar, uma vez que eu próprio o formei propositadamente e não me foi dado nem pela natureza do entendimento, nem pela experiência (A729/B757).

Conceitos construídos são definíveis, *lato sensu*, na medida em que é por meio da apresentação dos caracteres que constitui o conceito. Assim, há garantia da identidade entre o que é apresentado como caracteres do conceito e o que são, de fato, caracteres do conceito. Portanto, há garantia de que todos caracteres apresentados são caracteres do conceito e de que todos caracteres do conceito são apresentados, pois é o próprio ato de apresentar os caracteres que determina o conceito.¹⁴ Assim, as condições de suficiência e precisão são satisfeitas pela definição, *lato sensu*. É isto que autoriza Kant a inferir que posso “definir o meu conceito”. Mas,

então, isto significa que os conceitos construídos *a posteriori* são definíveis, *stricto sensu*? Não. E as razões pelas quais não podem ser definidos elucidam a própria noção de definição, *stricto sensu*.

Logo após o trecho citado acima, Kant escreve: “mas não posso dizer que assim tenha definido um verdadeiro objeto”. Conclui isto sob a hipótese de que o conceito construído “repousa sobre condições empíricas”. Dá como exemplo, o conceito de relógio de marinha, uma novidade tecnológica no século XVIII, tal como aponta Guyer,¹⁵ um objeto do qual se tinha, no século XVIII, o conceito: um relógio tão acurado que seria capaz de computar a longitude, sem que, no entanto, existisse o objeto ou, ainda, sem que se tivesse certeza de que era um instrumento que poderia ser construído, já que dependia da satisfação de condições empíricas ainda desconhecidas. Ou seja, havia o conceito, não havia o objeto e sequer havia garantia de que o objeto pudesse existir realmente. Não trata-se da possibilidade lógica, pois esta é garantida tão somente pelo fato de que o conceito não encerra nenhuma contradição. Contudo, se a existência do objeto pressupõe a satisfação de certas condições empíricas, o que é o caso, a possibilidade lógica não garante a possibilidade real.

Assim, a razão pela qual não podemos ter certeza que a definição de um conceito construído *a posteriori* apresenta os caracteres de um conceito que se refere a “um verdadeiro objeto” é o fato de que a possibilidade da existência do objeto a que este conceito se refere depende da satisfação de certas condições empíricas que, por serem empíricas, são contingentes; por serem contingentes, não podem assegurar a possibilidade real de existência do objeto. E é porque não há certeza sobre a possibilidade real do objeto que Kant recusa o título de definição, *stricto sensu*, à definição, *lato sensu*, dos conceitos construídos *a posteriori*. Conceitos construídos *a posteriori* são passíveis de declaração, não de definição, *stricto sensu*. Cito Kant: “Não sei mesmo se esse conceito tem em qualquer parte um objecto correspondente e a minha explicação pode melhor chamar-se uma declaração (do meu projecto) do que uma definição de um objeto” (A729/B757).

O argumento de Kant para o terceiro caso tem, portanto, a seguinte forma:

- Se um conceito F é construído *a posteriori* então a definição, *lato sensu*, de F satisfaz a condição da precisão, a condição da suficiência, mas não satisfaz a condição da certeza sobre a possibilidade real do objeto.

- Se a definição, *lato sensu*, de F satisfaz a condição da necessidade, a condição da suficiência, mas não satisfaz a condição da certeza sobre a possibilidade real do objeto então F é um conceito é passível de declaração, não de definição, *stricto sensu*.

- Logo, se F é um conceito construído *a posteriori* então F é um conceito é passível de declaração, não de definição, *stricto sensu*.

Note-se que acrescentamos uma condição que um conceito deve satisfazer se é definível, *stricto sensu*: a condição da certeza sobre a possibilidade real do objeto. É porque não satisfazem esta condição que conceitos construídos *a posteriori* não são definíveis, *stricto sensu*.

5 Conceitos matemáticos (conceitos construídos *a priori*) podem ser definidos

Os conceitos matemáticos são aqueles que contêm uma síntese arbitrária que pode ser construída *a priori*. E, por serem *a priori*, a definição destes satisfaz a condição da certeza sobre a possibilidade real do objeto. Cito Kant: o objecto que a matemática pensa, representa-o também *a priori* na intuição.¹⁶ Por serem construídos, a definição dos conceitos matemáticos satisfaz a condição da suficiência e a condição da precisão pois, como acontece no caso dos conceitos construídos *a posteriori*, é por meio da definição que o conceito é constituído e, portanto, não pode haver diferenças entre aquilo que o conceito contém e aquilo que a definição diz que ele contém.

Assim, o argumento de Kant para o quarto caso tem a seguinte forma:

- Se um conceito F é construído *a priori* então a definição, *lato sensu*, de F satisfaz a condição da necessidade, a condição da suficiência, e a condição da certeza sobre a possibilidade real do objeto.

- Se a definição, *lato sensu*, de F satisfaz a condição da necessidade, a condição da suficiência e a condição da certeza sobre a possibilidade real do objeto então F é um conceito é passível de definição, *stricto sensu*.

- Logo, se F é um conceito construído *a priori* então F é um conceito é passível de definição, *stricto sensu*.

Conclusões

Conceitos dados empiricamente são indefiníveis porque não satisfazem a condição de suficiência e precisão. Na apresentação dos caracteres destes conceitos nunca podemos saber se estes caracteres bastam para a distinção do conceito, nem podemos saber se lhe pertencem, de fato. E se pudéssemos saber, seriam inúteis posto que a ampliação dos conceitos seria impossível.

Conceitos dados *a priori* são indefiníveis porque não satisfazem a condição de suficiência dos caracteres. Como o conceito é dado, o ato de apresentar caracteres como pertencentes ao conceito não faz destes caracteres, de fato, pertencentes ao conceito, o que acontece com os conceitos arbitrários. Assim, é sempre possível que o conceito contenha caracteres não apresentados. Portanto, não pode haver certeza de que os caracteres apresentados bastam para a distinção do conceito.

Contudo, embora conceitos dados *a priori* não satisfaçam a condição de suficiência, satisfazem a condição de precisão. Porque são dados *a priori*, o conteúdo destes conceitos é algo de invariável, algo que não muda conforme varia a experiência. O progresso da experiência me permite ampliar os conceitos empíricos que uso. Aprendemos com a experiência. O que, num tempo é pensado como um metal dourado e inoxidável, noutro pode ser pensado como um metal dourado inoxidável de número atômico 79. E, se a leitura apresentada está correta, é sobre a mesma coisa, num e noutro caso, que se pensa. Com os conceitos dados *a priori* isto não pode acontecer: o conteúdo destes conceitos não varia na experiência. Logo, se os caracteres pertencem ao conceito, pertencem necessariamente. Deste modo é possível a certeza acerca da precisão dos caracteres. E, posto que a invariabilidade do conteúdo do conceito é um dos traços que distingue conceitos dados *a priori* dos conceitos dados *a posteriori*, disto segue-se que não é possível distinguir, nos conceitos empíricos, conceitos dados *a priori*, entre o uso do conceito como aquilo que varia e o conceito ele mesmo como aquilo que não varia. Conceitos empíricos e não apenas o uso destes, diferentemente dos conceitos dados *a priori*, variam na experiência.

Conceitos construídos satisfazem ambas as condições, quer de suficiência, quer de precisão. No entanto, se a possibilidade real do objeto a que o conceito se refere pressupõe a satisfação de certas condições empíricas e, portanto, contingentes, esta possibilidade será sempre contingente. Mesmo que o objeto venha a ser construído com êxito, tal como o que aconteceu com o relógio de

marinha, isto não assegura a possibilidade real do objeto, pois as condições empíricas sobre as quais se baseia podem mudar e esta mudança pode implicar a impossibilidade real do objeto. O relógio de marinha supõe, por exemplo, certas regularidades empíricas acerca do comportamento da gravidade. Mudanças nestas regularidades, sempre possíveis, podem fazer do relógio de marinha um objeto de construção realmente impossível.

Conceitos construídos *a priori*, os conceitos matemáticos, não padecem deste ‘defeito’: o objeto a que se refere um conceito matemático é realmente possível porque se baseia naquilo que há de invariável nesta ou naquela experiência e, portanto, pressupõe dado apenas a possibilidade da experiência e não condições próprias desta ou daquela experiência. Para usar uma imagem, conceitos matemáticos se referem à janela, enquanto os conceitos *a posteriori*, quer dados, quer construídos, se referem ao que se vê pela janela. Conceitos dados *a priori* revelam a forma da janela, conceitos construídos *a priori* a determinam.

WHY ARE EMPIRIC CONCEPTS INDEFINABLE?

Abstract

Kant sustains that only mathematical concepts are definable (A727-30/B775-8). In this article, we present some of Kant’s considerations about mathematical and empiric concepts and we investigate the reasons to state that empiric concepts are indefinable.

Key-words: Kant. Definition. Concept. Mathematics.

Notas

¹ Graduado em Filosofia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Brum Torres. E-mail: marciotex@gmail.com.

² Utilizo o sistema de numeração de páginas amplamente adotado. Todas as citações da *Crítica da Razão Pura* presentes neste artigo foram extraídas desta edição.

³ A nomenclatura utilizada por Kant é diferente na letra e idêntica no espírito. Esta que utilizo tem a vantagem de explicitar a relação de complementaridade entre os casos analisados.

⁴ Uma palavra *significa* um conjunto de caracteres se e só se por meio da palavra penso aquele conjunto de caracteres. Assim emprego o verbo “significar”.

⁵ Esta rejeição merece muito mais tinta do que a gasta neste artigo. Importantes diferenças entre a doutrina kantiana e teses de origem platônica se decidem nesta rejeição. Todavia, não vamos desenvolvê-las aqui.

⁶ Tal condição, por sua vez, implica que a identidade de um conceito empírico não pressupõe manutenção da posição relativa deste conceito na árvore dos conceitos.

⁷ E não apenas de *que* as coisas se dão na experiência!

⁸ Tal como Kant apresenta, a condição de suficiência, ao contrário da condição de precisão, não parece implicar a condição de originariedade. A condição da originariedade se refere a determinação dos limites e esta, a condição da precisão, não da suficiência.

⁹ Dado o exposto na nota anterior, a negação da condição da originariedade não implica a negação da condição de suficiência e, portanto, a conjunção da negação de ambas não é uma redundância.

¹⁰ Esta é uma evidência textual de que Kant estava usando, aqui, o termo “definição” *stricto sensu*.

¹¹ Na *Dohna-Wundlacken Logic*, o conceito de tempo e o conceito de espaço são acrescentados a esta lista como *conceptus dati rationati* (conceitos dados *a priori*) (YOUNG, 1992, p. 490).

¹² A satisfação desta condição é o requisito para a perfeição de uma definição, sob o aspecto da modalidade (Cf. YOUNG, 1992, p. 635).

¹³ Esta questão não será desenvolvida aqui, embora seja parte importante em minha dissertação, ainda em fase de redação.

¹⁴ “*All our concepts are either given concepts or ones that are made. A concept is given insofar as it does not arise from my faculty of choice*” (YOUNG, 1992, p. 356). Acrescento: um conceito é construído enquanto surge a partir de meu arbítrio.

¹⁵ Cf. KANT, 1998, p. 752.

¹⁶ Note-se o uso do termo “também”: talvez indique a possibilidade de que o objeto dos conceitos matemáticos seja representado também de outro modo, talvez na intuição empírica.

Referências

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. ISBN 972-31-0623-X.

_____. *Critique of Pure Reason*. Tradução de Paul Guyer e Allen W. Wood. Cambridge: Cambridge University, 1998.

YOUNG, J. M (Org.). *Lectures on Logic/Immanuel Kant*. Tradução de J. Michael Young. New York: Cambridge University, 1992.